



Literatura e história do/no Amapá em jornais oitocentistas

Literature and History of/in Amapá in Nineteenth-Century Newspapers

Valdiney Valente Lobato de Castro

Faculdade Estácio, Macapá, Amapá/Brasil

valdineyvalente@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6704-9218>

Resumo: Legitimado como território apenas em 1943, o Amapá pode ter sua história recomposta por meio dos jornais oitocentistas, capazes de auxiliar a desvendar a história da região e as produções literárias escritas sobre ou nas terras amapaenses, que, à época, pertenciam ao Grão-Pará. Incide nesse propósito o objetivo deste estudo: analisar, a partir de publicações, principalmente literárias, saídas nos jornais oitocentistas, como se desenhou, de 1850 a 1900, a imagem do Amapá. Para tanto, foram coligidas publicações de textos literários e notas relativas ao desenvolvimento da população, as quais podem ajudar também a compor um cenário sobre a circulação da literatura. Assim, a partir da pesquisa, será possível relacionar a evolução da identidade da sociedade com as produções literárias saídas nos jornais, bem como ampliar o entendimento sobre a relação que o Amapá, no Oitocentos, mantinha com os demais estados do país por meio da circulação dos impressos.

Palavras-chave: notícias; poesia; oitocentos; Amapá.

Abstract: Legitimized as a state only in 1943, Amapá could have its history recomposed through nineteenth-century newspapers, able to help unravel the history of the region and the literary productions written on or in the lands of Amapá, which, at the time, belonged to Grão-Pará. The aim of this study is to analyze, based on publications, mainly literary, published in nineteenth-century newspapers, how the image of Amapá was drawn from 1850 to 1900. For this purpose, publications of literary texts and notes on the development of the population were collected, which can also help to compose a scenario about the circulation of literature. Thus, from the research, it will be possible to relate the evolution of society's identity with the literary productions published in newspapers, as well as broaden the understanding of the relationship that Amapá, in the 1800s, had with the other states of the country through circulation of prints.

Keywords: news; poetry; eight hundred; Amapá.

A circulação e a democratização dos jornais no Oitocentos brasileiro

Três armários altos guardavam os manuscritos, notas, lembranças, cálculos, apontamentos, tudo empilhado e rotulado metodicamente. [...] Da parede, em ganchos, pendiam os jornais da semana, que eram depois tirados, guardados e finalmente encadernados semestralmente, para consultas. (ASSIS, 1891, p. 124).

Na cena em tela, extraída do romance *Quincas Borba*, sucesso de crítica e público do final do século XIX, Teófilo, após um desabafo com a esposa, D. Fernanda, adentra ao seu gabinete de trabalho e, na descrição desse ambiente, é revelado o trabalho detalhista do ambicioso personagem em arquivar e catalogar os jornais para consultas futuras.

Mesmo essa cena não sendo a mais prestigiada do famoso romance, ela ajuda a tecer um painel sobre os hábitos do homem oitocentista. Machado de Assis, consagrado por meio das gazetas, ao tecer um personagem que cataloga jornais, destaca o poder dos impressos como veículo por onde informações, oficiais ou não, chegavam à população; e demonstra a necessidade de arquivamento dessas folhas. Além disso, a narrativa é ambientada no final dos anos de 1860 e, ficções à parte, nessa década, ao se considerar apenas os jornais catalogados pela Biblioteca Nacional e disponibilizados para consulta digital, há um expressivo número de 254 folhas circulando na cidade da Corte, o que explica por que o narrador refere-se no plural ao suporte, pois, seguramente, as famílias adquiriam periodicamente mais de uma gazeta.

Ao acompanhar diacronicamente a evolução dos impressos, percebe-se como pouco a pouco vão surgindo jornais de diferentes áreas, o que denota o aumento no número de leitores e a busca pela leitura especializada. Há periódicos de todo tipo: destinados às mulheres; às atividades específicas como engenharia, agricultura, medicina e farmácia; aos interesses militares; às ocupações econômicas, políticas e administrativas, isto é, os jornais interessam a todos os públicos, o que justifica a grande quantidade em circulação. Essa propagação se avoluma com as estradas de ferro e os navios a vapor, possibilitando com que as folhas públicas alcançassem as províncias mais distantes em uma época de difícil acesso.

Esse movimento foi tão intenso que é possível perceber, em jornais diários cariocas, anúncios de saídas de navios a vapor para Santa Catarina,

Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Pará, além das viagens internacionais para Marselha, Buenos Aires, Porto, Lisboa e Montevidéu, ainda na década de 1860. Desse modo, os jornais produziram uma rede de contatos entre editores, escritores e livreiros que, além de promover a universalização das notícias, colabora para divulgar autores e textos da literatura no mercado nacional. Graças a esse poder de penetração dos impressos, consolida-se no Brasil um público leitor ávido por acompanhar as novidades do dia a dia e com acesso às informações de outras cidades, o que, ao mesmo tempo em que potencializa o conhecimento dos leitores sobre diferentes realidades culturais do mundo, dá condições para que as notícias de interesse nacional possam tornar-se conhecidas em todo o país.

Considerando essa dimensão, entende-se por que Pierre Bourdieu (1992, p. 70) declara que a imprensa operou “uma expansão sem precedente no mercado dos bens culturais”, pois, ao oferecer notícias de todo o país e, na medida do possível, da Europa, com periodicidade regular e por meio de material de excelente qualidade, o jornal tornou-se o principal veículo de comunicação e configurou-se como responsável por instruir o leitor-consumidor oitocentista. Sendo assim, a penetração da imprensa ao alcançar diferentes partes do Brasil ajuda a consagrar o XIX como o século em que a identidade do nosso país se constituiu.

As décadas de 1850 e 1860 e as notícias sobre o povoamento do Amapá

Desde meados do século XVIII, graças aos esforços de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, o processo de povoamento das terras macapaenses já havia sido implantado com a criação da vila de Macapá em 1758, atendendo ao plano imperialista de proteger a Amazônia. No entanto, a vida dos primeiros colonos era repleta de dificuldades: as plantações eram comumente destruídas com as chuvas, e as febres assolavam os moradores que, sem assistência, não resistiam. Esses dissabores, além de gerar um custo alto para o império por arcar com a alimentação dos agricultores, ocasionava com que muitos deles abandonassem as terras, o que não permitiu um aumento significativo da população.¹

¹ Arthur Cezar Ferreira Reis (1949), ao discorrer sobre a formação do território do Amapá, informa que, em 1790, Macapá contava com 2.531 habitantes; em 1821, com o processo de independência, a quantidade aumentou para 2.549 moradores; e, em 1839, 2.558 pessoas habitavam a vila de Macapá.

Com a independência política do Brasil, no início do século XIX, os próprios brasileiros passaram a assumir os cargos antes ocupados pelos portugueses e novos incentivos como terra, casa e dinheiro foram oferecidos para as famílias que se fixassem no Amapá, atraindo diversos moradores como os cabanos anistiados.² Há, de fato, um avanço com o surgimento de engenhos e fazendas de gado que contribui para que Macapá, em 1856, seja elevada à condição de cidade. Desse modo, na metade do XIX, é possível perceber a situação de desenvolvimento da população:

Em 1862, o panorama transformara-se indicando progresso. Em Macapá, contavam-se 2.780 habitantes, dos quais 2.058 eram livres e 722 escravos; em Mazagão, 3.653 habitantes, sendo 329 escravos e 3.324 livres. Os estabelecimentos industriais somaram 471, em Macapá, com 1.409 braços. Os engenhos elevaram-se a 8, movidos por animais. Havia 2 curtumes, 60 pequenas fábricas de sabão, 1 olaria e 400 sítios de fazer farinha. As fazendas de gado eram em número de 82, com rebanho de 22.000 cabeças, e as propriedades agrárias, de 40. Plantava-se cacau, feijão, milho, arroz, café, algodão, fumo e urucu. A borracha já constituía, porém, o forte da ocupação dos munícipes: 10.000 arrobas valendo 160:0008000. A farinha representava-se nos 10.000 alqueires; o cacau, nas 400 arrobas, valendo 2:0008000; a castanha, nos 2.500 alqueires, valendo 7:5008000. (REIS, 1949, p. 89)

Pela descrição, a imagem que se desenha é a de uma região em plena ascensão. No entanto, os jornais da época, longe de se aterem apenas a números, oferecem informações sobre a verdadeira situação da cidade. O jornal paraense *A Estrela do Norte*, em 07 de janeiro de 1866, relata uma viagem do bispo Dom Antonio de Macedo Costa para Macapá, em novembro de 1865, e, ao reproduzir as impressões do religioso, relata as “terríveis febres intermitentes”, o “sofrível estado de conservação” da igreja e a pouca quantidade de pessoas reunidas na cidade. Nesse mesmo ano, a folha carioca *A Pátria*, em 17 de janeiro, na seção “Transcrições”,

² A princípio, os cabanos foram perseguidos pelas forças imperiais e muitos fugiram para os interiores ocupando diversos locais do Amapá. Essa migração fez com que ocorressem muitas lutas nos anos de 1835 e 1836 para expulsar os revoltosos das terras amapaenses. Em 1840, quando D. Pedro II concedeu o perdão dos crimes políticos aos participantes do movimento, novamente muitas pessoas migraram para o Amapá atraídas pelas ofertas de trabalho e moradia.

passa a divulgar o longo texto “Notas sobre o Amazonas”³ e, ao tratar de Macapá, especialmente em relação à imponência do forte, inclui impressões mais favoráveis do que as do bispo: “Macapá não é um sítio doentio, “há abundância de gado e de viveres”, “reina em Macapá uma viração constante que refresca a atmosfera”.

Jornais de diferentes locais do país divulgavam as notícias sobre a região, muitas vezes transcritas de gazetas paraenses que, graças à proximidade da terra e às viagens regulares para o Amapá, publicavam constantemente informações sobre os mais diferentes assuntos: transportes de couro e borracha, nomeações de cargos públicos, pagamento de salários, gratificações e despesas, partidas dos correios, geralmente nos dias 1º e 18 de cada mês, requisições de pagamentos de ordenados atrasados, situações dos presos trancafiados na fortaleza de Macapá, remessas de materiais para a construção de obras, decisões dos juizes sobre crimes praticados na região, descrições sobre os negros fugidos a fim de favorecer a captura, relação de pessoas despachadas para a viagem ao Amapá, óbitos ocorridos na região, datas de saídas e chegadas dos paquetes,⁴ entre outros.

Nessas notícias, é possível perceber como se deu nas décadas de 1850 e 1860 o processo de implantação e desenvolvimento das escolas, com notas sobre solicitações de pagamentos de ordenados atrasados, despesas com as escolas, lista de materiais enviados para a instrução pública, pagamentos mensais com professores de gramática latina e gramática francesa para as primeiras letras, transferências, nomeações e licenças de professores, e ainda, em 1861, fundação da escola de ensino primário para o sexo feminino.

Considerando a quantidade da população apresentada na citação de Reis (1949), algumas linhas acima, percebe-se que quase um terço da população da região era formado por negros. Obviamente que essa contagem não absorve os negros fugidos que se abrigavam em diferentes espaços nas terras amapaenses, em virtude da imensidão do território e das dificuldades de penetração das expedições devido às questões geográficas.

³ Essas mesmas notas foram divulgadas ainda no jornal *O Publicador Maranhense*, também na seção “Transcrições”, em 24 de fevereiro de 1866.

⁴ Recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Vitor Marcos Gregório (2008), intitulada “Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do estado brasileiro (1838-1867)”, que mostra as navegações ocorridas na segunda metade do século XIX e as escalas dos navios em Macapá.

São exatamente esses personagens, por muito esquecidos, que ilustram grande parte das notícias saídas sobre o Amapá nos jornais de diferentes cidades do país. No entanto, nessas notas, o que salta aos olhos é a barbaridade: nas descrições de escravos fugidos há sempre marcas de maus-tratos; quando o negro é condenado por algum crime, as sentenças são sempre mais severas; nas informações sobre a captura, os negros são punidos com castração ou outros castigos cruéis e, quando morrem, explica-se: “é justificável pelas circunstâncias do momento” (O PUBLICADOR MARANHENSE, 03 de maio de 1851, p. 3)

No *Diário do Grão Pará*, de 16 de agosto de 1853,⁵ foi publicado um ofício do delegado de Macapá, datado de 11 de junho, em que comunica a captura de João, escravo de Feliciano de Souza Gil, fugido havia cinco anos.⁶ Para evitar ser preso, João havia subido em uma mangueira e, consciente do destino atroz que o aguardava, rasgara o ventre e cortara em pedaços o intestino para atirá-lo aos soldados que iam na diligência.

Semelhante sacrifício percebe-se no soneto intitulado “Maria Bárbara”, composto por Tenreiro Aranha,⁷ e divulgado em vários jornais do país. Nessas reproduções, anunciava-se como introdução a seguinte informação: “Mameluca, casada com um soldado do regimento de Macapá (Pará), cruelmente assassinada no caminho da Fonte de Marco por não querer adular. O sr. Tenreiro Aranha achou neste fato objeto para o seguinte soneto” e, em seguida, apresentava-se o poema, transcrito a seguir:

⁵ Essa mesma nota foi divulgada no jornal carioca *O Republico*, em 28 de setembro de 1853.

⁶ Adalberto Júnior Ferreira Paz (2017a, p. 39) destaca que essas fugas dos escravos precisam ser compreendidas também considerando as redes de articulação tecidas envolvendo relações de comércio, parentesco, afinidades e conveniências que tanto interferiam nas fugas, quanto nas expedições para as capturas. Como o autor afirma: “a Amazônia era um labirinto com muitas entradas e saídas entre a escravidão e a liberdade”.

⁷ Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811) nasceu na Capitânia de São José do Rio Negro, à época pertencente ao Grão-Pará, e trabalhou como funcionário da Alfândega, em Belém. De seus escritos, pouco material resistiu ao tempo. Um naufrágio, em 1832, fez com que seu filho, João Batista, que depois se tornaria o primeiro presidente da província do Amazonas, perdesse alguns originais do escritor e, três anos depois, muitos manuscritos foram destruídos quando saqueadores invadiram a casa do poeta em Belém. Em 1850, foi publicado o livro *Obras literárias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha* e, em 1899, teve a sua segunda edição, em Lisboa, pela Tipografia da Companhia Nacional, com a inclusão de odes, cantatas, dramas, idílios e oratórios.

Se acaso aqui topares, caminhante,
Meu frio corpo já cadáver feito,
Leva piedoso com sentido aspeito
Esta nova ao esposo aflito, errante.

Diz-lhe como de ferro penetrante
Me viste, por fiel, cravado o peito,
Lacerado, insepulto, e já sujeito
O tronco feio ao corvo alti-volante;

Que d'um monstro inumano, lhe declara,
A mão cruel me trata desta sorte;
Porém que alívio busque à dor amara,

Lembrando-se que já teve uma consorte.
Que, por honra da fê que lhe jurara,
À mancha conjugal prefere a morte.

Como o autor faleceu em 1811 e a publicação do seu livro ocorreu, primeiramente, em 1850, não se sabe quando o soneto começou a ilustrar as páginas dos jornais brasileiros. Na folha semanal carioca *Arquivo Municipal*, em 23 de agosto de 1860, além do poema, foi publicada uma biografia do autor juntamente com informações acerca de sua produção. O poema foi reproduzido também em 1862, no *Almanaque histórico de lembranças brasileiras*, do Maranhão; em 18 de setembro de 1864, no jornal carioca *Brasil literário*; em 1873, no *Almanaque administrativo, Mercantil e industrial*, do Pará; em 15 de novembro de 1883, na folha capixaba *Vasco Coutinho*; e, ainda, em 1º de agosto de 1890 n' *O Estado da Paraíba*. Em algumas dessas folhas, a história era anunciada como “Lucrécia Paraense” em alusão ao episódio da dama romana, Lucrécia, que se suicida após ter sido estuprada. Curiosamente, Antonio Candido (1959), ao comentar a obra de Tenreiro Aranha, menciona a “situação de Lucrécia” que sofre a infeliz Bárbara.

Além dessa tragédia, o soneto também ilustra uma situação muito comum no início do século XIX: as relações entre as mulheres das colônias e os homens destacados a trabalhar no regimento para a proteção do reino, afeto incentivado à época pelo governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado, com a intenção de expansão do povoamento nas terras do Amapá.

No soneto, dois aspectos ganham relevância: a presença de uma personagem de vida social de pouca envergadura em uma poesia produzida, provavelmente, entre o final do século XVIII e início do XIX, distante dos tempos de Castro Alves, que só anos depois viria à luz; e a barbaridade que sofre a infeliz esposa do soldado, enleada com o título do soneto. Possivelmente, esses aspectos singulares são a razão de o texto ter circulado por décadas nos jornais do país e em diferentes regiões, o que demonstra o quanto o norte não estava, no Oitocentos, tão distante do que acontecia no país, bem como realça a rede de circulação que permitia com que os impressos percorressem o Brasil de norte a sul.

Os jornais das décadas de 1870 e 1880: descasos, desmandos e denúncias

Se nas décadas anteriores, as notícias nos jornais abordavam as questões voltadas para o desenvolvimento da cidade, como os transportes de couro e borracha e as nomeações de cargos, a partir de 1870, as notas modificam-se. Parece haver um início de conscientização de sociedade estabelecida, pois, em muitas notícias que circulam sobre o Amapá, há insistentemente indícios da situação complicada da cidade e da chegada de muitos fugitivos. *O liberal do Pará*, em 15 de janeiro de 1873, noticia que no dia 25 do mês anterior, dezembro, cerca de trinta escravos pertencentes aos municípios de Vigia e São Caetano evadiram-se em uma canoa e seguiram para o Amapá, “onde tem-se refugiados muitos outros nestes últimos tempos”.

A região se desenvolvia com muitos imigrantes dirigindo-se para as terras do contestado, que, devido a um acordo com o governo francês, tornou-se um espaço sem pátria,

um asilo seguro para desertores, escravos fugidos, criminosos e outros. Além das oportunidades ensejadas pelo status de neutralidade política, essas populações tinham à sua disposição vastas terras, abundantes em recursos naturais de significativo valor comercial. (PAZ, 2017b, p. 140)

Essa fartura, no entanto, não significa uma situação confortável para os moradores, que sofriam com a criminalidade e a negligência em virtude da ausência de autoridade oficial. Somam-se a essa instabilidade as revoltas ocorridas na tentativa de independência de Cunani, em 1886, e na investida

malograda da população em transformar Macapá em uma província, em 1870, para que se perceba a ebulição causada pela insatisfação dos moradores da região diante da situação de abandono em que viviam. O jornal carioca *Correio Nacional*, em 18 de setembro de 1870, na seção “Política”, analisa a solicitação assinada por 387 moradores para o surgimento da nova província e pontua que as grandes cidades não podem lutar contra a tirania sufocante da corte e as pequenas não conseguiram ter nem as suas necessidades urgentes atendidas.

Em 22 de setembro de 1882, nas páginas d’*A Constituição* (PA), foi publicada uma longa nota sobre a situação de Macapá, dirigida ao presidente da província com o intuito de denunciar a precariedade do serviço público. O texto destaca a falta de habilitação e honestidade das pessoas que ocupam os cargos, o que resulta em privilégios para poucos, abusos de poderes e impunidades. De igual teor, em 28 de junho de 1884, ilustra as folhas do *Diário de Belém* um texto criticando não apenas os homens da primeira camada social da cidade de Macapá, como também o marasmo e o definhamento da civilidade e da instrução: “os maridos abandonam as mulheres, estas os maridos, a prostituição em larga escala, enfim, o despotismo, a intriga, o servilismo chegaram no seu maior auge”. Também em 22 de outubro de 1886, *A Constituição* (PA) apresenta uma crítica ao juiz de direito de Macapá, acusando-o de “saltar sobre as leis” para defender o seu partido.

A situação de abandono e descontrole que a cidade vivia estende-se para as questões voltadas para o ensino. Nos dias 25 de abril e 14 de junho de 1871, foi publicada, n’*O liberal do Pará*, uma carta assinada por “três amigos da instrução”, dirigida ao redator da folha em que denuncia o professor Manoel Pinho, que aluga, por valores exorbitantes, sua própria casa em péssimas condições para ministrar suas aulas, expondo os alunos ao risco de desabamento. Além disso, a matéria ainda acusa o professor de abusos em relação à indisposição com os pais de família e de aulas em horários aleatórios, sem fixar hora regular de entradas e saídas. Em 25 de novembro de 1880, sai n’*A Constituição* (PA) uma crítica assinada por “um pai de família” sobre a situação da casa onde funciona a escola, que é “uma miséria”, e do professor, “que é incapaz para o cargo que exerce a ponto de dizer ele mesmo que não ensina o sistema métrico decimal por não sabê-lo”.

Mesmo com as denúncias quanto aos descasos com a situação das escolas, as notas permitem perceber como se desenvolvia paulatinamente o ensino em Macapá. Em 26 de junho de 1872, *O liberal do Pará* divulgou que havia sido criada pela câmara municipal uma escola noturna para adultos com 55 alunos matriculados e frequentando. Na mesma folha, em 28 de agosto de 1879, publica-se um quadro estatístico das matrículas e frequências das escolas públicas da província distribuídas por comarca e, em Macapá, constam 5 escolas com 158 matrículas e 121 frequências, a menor quantidade de todas as comarcas citadas no quadro.

No dia 16 de julho de 1885, nas folhas *Diário de notícias* e *O liberal do Pará*, anuncia-se que Cora Clotilde de Carvalho foi nomeada para reger a cadeira de 2ª entrância em Macapá. Esse papel da figura feminina vinculado à educação é ilustrado no discurso proferido pela professora Idalina Augusta de Novais Farias, realizado em 2 de fevereiro de 1884 e divulgado n' *A Constituição* (PA) no dia 23 do mesmo mês. A explanação ocorre por ocasião de um chá oferecido por Antonio Claro de Farias, esposo da professora, aos capitães Alfredo de Amorim Caldas e Alfredo da Costa Weyne. No texto, eivado de uma linguagem bem cuidada e metafórica, com expressões como “sou como a flor em débil haste, precisa do rocio da manhã para seu completo viço”, a anfitriã acentua a necessidade de amor à pátria, a importância da família para a instrução das crianças e a tarefa da professora na difusão da instrução e da manutenção da moralidade, pois ela “deve ser o modelo dos bons costumes sociais; convém que seja a mais moralista possível, para assim chegar ao bom desempenho de sua árdua missão e para captar a simpatia e a estima desse círculo”. É bem verdade que o tom elogioso aos convidados e a preocupação com a decência e com os princípios da moral são excessivos no discurso, mas é preciso analisar a preocupação com a instrução pública e, para além do texto, a atitude corajosa da mulher que, em meio a uma sociedade patriarcal e provinciana e diante de uma plateia formada por pessoas do mais alto escalão, professa seus pensamentos acerca do ensino.

Com todos os desmandos e denúncias que proliferavam abundantemente nas folhas públicas, a literatura, inevitavelmente, seria impactada. Quando Candido (2011, p. 34) aborda o quanto as forças sociais condicionam a produção da obra, ele lembra que muitas vezes a composição do autor é resultado das aspirações e valores do seu tempo, promovendo uma relação dialética entre o homem e o grupo do qual faz parte:

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo às aspirações e valores do seu tempo, que parece dissolver-se nele, sobretudo levando em conta que, nestes casos, perde-se quase sempre a identidade do criador-protótipo. (CANDIDO, 2011, p. 34)

Nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1887, foram publicadas no *Diário de Notícias*, poesias assinadas com pseudônimos, Neve e Sesipho, respectivamente, as quais caracterizam com exatidão essa necessidade do indivíduo em compor obras que reproduzam a necessidade de seu grupo social, como um impulso surgido a partir dos valores sociais: as denúncias do que ocorria em Macapá:

É horroroso, meu Deus, ver-se o estado
A que está reduzido Macapá!
Está pior que o governo do Amapá
Por ser Mucio um juiz mui depravado.
Dos contrários a pena do malvado
Não trepida em escrever mentiras vis;
Por serem homens sinceros e não servis
Que hão de reagir co'esse danado [...]
(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 fev. 1887, p. 3)

Avante, triste capacho
Juiz de meia tigela
Persegue aos conservadores
Bota fogo na panela.
Mucio anda atarantado
Faz ofício, não assina
Foi-lhe logo devolvido
Oh! Que sorte, que má sina! [...]
Chega Mucio a Macapá,
Ficou muito admirado,
Por ver um triste coqueiro
Carcomido e escangalhado;
Ele tinha três cabeças
Múcio então fez-se poeta
Sonetou esse coqueiro...
Oh! Que tolo! Que pateta!...[...]
(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 fev. 1887, p. 3)

Nos dois textos satíricos, a crítica foi direcionada a Mucio de Rialva⁸ que, no ano de 1887, esteve brevemente em Macapá como juiz de direito. Nos dois quartetos extraídos do soneto saído no dia 26, a adjetivação dirigida ao personagem é sempre negativa e, na poesia do dia 27, a qualificação não é menos pejorativa. Ao contrário. Não o acusa apenas como péssimo magistrado, mas inferioriza também seu ofício de poeta. Apesar de ter participação curta em Macapá, como a própria poesia revela ao afirmar que foi devolvido, Mucio, no ano anterior, em 1886, na Bahia, mandou seu livro de poesias para o *Diário de notícias*, em Belém.

Nas décadas de 1870 e 1880, as viagens dos vapores tornam-se mais regulares,⁹ estreitando as relações entre os moradores das comarcas e dinamizando as notícias. No dia 02 de março de 1884, por exemplo, Raimundo Justiniano Pereira escreve um texto para o jornal *A Constituição*, lamentando a morte do amigo Albino Furtado de Vasconcelos Leão, morador da comunidade de Itanduba, na comarca de Cametá. No texto, saído na folha paraense no dia 07 de março, o saudoso emissor envia as condolências à família, deseja à alma do amigo o repouso eterno e informa que soube do triste padecimento por meio dos jornais. A pesarosa nota além de destacar a agilidade dos impressos: em cinco dias o texto escrito em Macapá já está impresso e circulando nas ruas de Belém, o que destaca a comunicação entre as terras do Grão-Pará.

⁸ Pouco se sabe sobre essa personalidade. As poucas notações sobre ele referem-se à composição de um pequeno livro de poesias intitulado *Ephemerides*, escrito na Bahia e divulgado o recebimento no escritório da folha paraense *Diário de notícias*, em 28 de maio de 1886. Já em 14 de dezembro de 1890, a poesia “Piano-piano”, escrita por ele, ilustra as páginas do jornal paraense *A República*. Além dessas informações, não há nenhuma outra nos livros de História do Amapá ou nos documentos da época, possivelmente, pelo breve tempo em que esteve no cargo.

⁹ Em vários jornais paraenses da década de 1870, divulga-se que o pacote da Companhia de Navegação do Amazonas está disponível para ser abastecido nos dias 10 e 11 de cada mês e sai de Belém geralmente no dia 15. Chega a Macapá no dia 22, recebe carga nos dias 24 e 25 e parte com destino a Mazagão, de onde, depois, retorna a Belém. Em 1880, a Companhia altera a data da saída para o dia 11.

As notícias de 1890: entre as lutas de independência e o afã nacionalista

No final da década de 1880, as disputas no solo amapaense pela demarcação da terra se intensificaram motivadas pela descoberta do ouro, na região do Cunani, que gerou a tentativa de independência, e em Calçoene, resultando na corrida de ouro e no conflito armado com os franceses, em 1895.¹⁰ Desse modo, o confronto com a França, que há anos se postergava, eclode e, com a necessidade urgente de demarcar o território e pôr fim aos conflitos com os países vizinhos, devido à Proclamação da República em 1889, torna-se imperioso solucionar a pendência com o governo francês.

Seguramente é nesse momento que o Amapá ganha mais destaque, tornando-se notícia em jornais de todo o Brasil: de norte a sul do país, detalha-se sobre a questão do Amapá, desde 1897, quando se esclarece que o tribunal onde será decidida a contenda entre os dois países será na Suíça, até 1900, quando os argumentos de Barão do Rio Branco¹¹ conduzem à decisão vitoriosa do Brasil. Apesar da conquista, a situação da população não era confortável. Se as lutas pela posse da terra se intensificaram com a descoberta do ouro, a década de 1890, para os amapaenses, não foi marcada pela riqueza com a apropriação desse minério. O *Diário de notícias*, do Pará, em 08 de fevereiro de 1891, no início da década, já divulgava que a fome, a peste e a miséria assolavam Macapá, arrastando muitas pessoas à sepultura.

Em 1899, próximo a ser resolvido o atrito com a França, uma epidemia de varíola também vitimou muitos moradores. O jornal *O Pará*, em 18 de setembro, divulgou a doença e no dia 20 do mesmo mês, o paraense *A República* alertou que a varíola estava “dizimando a população, paralisando os trabalhos, sem que até hoje se tivesse tomado a mínima providência” e acrescentou que “a população aterrorizada, busca outros lugares; afinal,

¹⁰ José Sarney e Pedro Costa (1999) apresentam relatórios, deliberações, instruções e ordens escritas no período dos conflitos que ilustram minuciosamente como se desenvolveram as ações entre as duas partes em litígio.

¹¹ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), o Barão do Rio Branco, foi professor, advogado, geógrafo, diplomata e jornalista. Tornou-se relevante pelas argumentações acerca dos processos de arbitramento das fronteiras brasileiras, entre as quais destaca-se o litígio contra a Argentina, garantindo boa parte dos estados de Santa Catarina e Paraná, em 1895; a vitória sobre a França quanto à fronteira do Amapá, em 1900; e em 1903, na contenda com a Bolívia sobre a região do Acre, seu maior feito e que lhe garantiu que seu nome fosse dado à capital do território conquistado.

paralisam-se todos os negócios, e se não se tomar providências enérgicas para a exterminação do terrível morbus, daqui há poucos dias o Amapá estará despovoado completamente”.

A situação estava tão pesarosa que uma viagem a Macapá era considerada uma sentença de morte. Em 22 de abril de 1893, o coronel Carlos Soares foi punido por Floriano Peixoto a ir para o Pará com o intuito de esboçar a planta do forte de Macapá, mas com intenções “sinistras e ferozes”, já que “Macapá é uma decadente povoação considerada como a ante comarca da morte”, como divulgou o carioca *Gazeta da tarde*, em 19 de janeiro de 1895. *O Pará*, em 17 de junho de 1899, noticiou que dois deputados, Cassiano do Nascimento e Lauro Muller, ao saberem que precisariam ir a Macapá, choraram com “medo e pavor da morte”.

Além da miséria e da doença, os abusos de poder e os desmandos ainda proliferavam: em 04 de julho de 1896, o *Diário de notícias*, do Pará, publicou que o juiz de Macapá não atendeu o pedido de Honória Joaquina Pereira, violentada pela usurpação de suas próprias terras; enquanto João Francelino, que havia amarrado uma menor de 9 anos para “satisfação de seus instintos deixando-a em um estado lastimável”, foi protegido e nada lhe aconteceu. Essa indiferença com o direito da mulher ocorre também com Mergelina Borges, que, em 25 de fevereiro de 1894, também no *Diário de notícias*, tem publicado seu protesto contra o marido, o coronel José Antonio da Costa, comandante superior da guarda nacional. No texto, a esposa, abandonada pelo marido, acusa o ilustre comandante de negociatas ilícitas e de, ao ter se amasiado, vender propriedades sem lhe deixar nenhuma garantia. No ano seguinte, em 07 de fevereiro, no mesmo jornal, foi noticiada a chegada de Mergelina a Belém com os seguintes adjetivos: “cadavérica, maltrapilha e com a fronte curvada sob o peso de tantos infortúnios”, certamente por não ter o seu direito resguardado, em virtude do cargo ocupado pelo seu ex-esposo, “honesto e conspícuo cidadão”.

Sendo a década de 1890 marcada por tantas atribulações e a imagem de Macapá cada vez mais arruinada nos jornais, era natural que as composições literárias representassem esses dissabores e, por isso, em 04 de outubro de 1890, *O democrata* (PA) apresenta uma poesia improvisada de Gonçalo de Lima, que cita o “infecto Amapá”, e, no dia 16 de outubro de 1890, *A República* (PA), divulga a “Canção do vagabundo”, que menciona “o inferno do Amapá”. Quando, em 1895, houve a invasão dos franceses, que resultou na morte de muitos brasileiros, dois jornais cariocas, *O país* e

Gazeta da tarde, em 14 de março de 1896, publicam a trova assinada por Gavroche: “Diz o povo: O anzol não morde,/Vê lá, governo, vê lá!/Anda tudo em desacordo/Com o acordo do Amapá”.

Certamente, nenhuma dessas representações produz uma imagem favorável sobre a região, problema que se intensifica ao se considerar que esses jornais circulavam em diversos estados do país. No entanto, há composições que apresentam não só mais sensibilidade com os dilemas da região, como também se solidarizam com a tragédia. É o que ocorre com a poesia “Massacre do Amapá”, com o subtítulo “a propósito do morticínio praticado ali pelos franceses”, escrita por Manoel Cavalcante de Mello Filho sobre o combate ocorrido em maio de 1895. O longo texto foi publicado no *Jornal do Recife*, em 19 de junho de 1895, e no maranhense *Pacotilha*, em 19 de julho do mesmo ano:

Lá do Amazonas nas virentes plagas
Onde o rio – oceano atira as vagas,
Ao sol resplandecente do Equador,
– Negra tragédia que a Nação oprime –
Acaba de surgir um grande crime
Que a Pátria indigna por tamanho horror!

Pelo tacão da bota do estrangeiro
Foi violado o solo brasileiro
Jorrou de irmãos o sangue em borbotão!
Nada escapou dos canibais às lanças;
Moços, velhos, mulheres e crianças
– Tudo cedeu à vil devastação!

Onde floria a vida e a propriedade
Era um direito à paz e à liberdade,
Veio a morte pousar, lúgubre e só!
Depois...completa a obra da matança,
Como um requinte de feroz vingança,
Reduziu vasto incêndio tudo a pó!...

.....

Senhores do poder! A Pátria chora!
De angústias mil seu coração n'est'hora
Transborda como em ondas a caudal
D'esse Amazonas, que apesar de ingente
Não lavaria a nódoa repelente
Do atentado feroz, descomunal!

Fôra mister não ser-se Brasileiro,
Para tragar perante o mundo inteiro
Essa afronta covarde, torpe, vil!
Pilotos da Nação, vede a voragem!
Cerrai ouvidos à politicagem...
E pensai nos destinos do Brasil!!

O repúdio e a indignação que caracterizam o tom de clamor por piedade assemelham-se aos célebres versos de “Navio Negreiro”, composto por Castro Alves, em 1870. Acirra essa analogia a presença de apóstrofes, anacolutos, hipérboles e o uso dos sextetos, que lembram o quinto canto da poesia do poeta abolicionista, por mostrarem o antes e o depois do massacre dos brasileiros, do mesmo modo como o escritor romântico, ao retratar o trágico destino dos negros escravizados, apresenta a vida agradável na África e o sofrimento após a captura. Pesa no texto a dramaticidade, intensa na segunda estrofe no retrato da bárbara sanguinolência, e com tons nacionalistas nas súplicas aos senhores do poder nas duas últimas estrofes, aspectos que também dialogam com os versos do poeta baiano.

Em 10 de março de 1896, no jornal paraense *Folha do Norte*, foi publicado o soneto “Amapá”, assinado pelo pseudônimo “Faneca”, também com realçados tons nacionalistas.

Tanta fraqueza, tanta, uma guarida
Crer eu não devo achasse em peito humano
Qu’inda rutila com imensa vida
Em nossa mente um nome – Floriano!

Da França a atroz protéria, Brasileiro,
Devemos rechaçar sem compaixão!
Da pátria a integridade ao mundo inteiro,
Dever nosso é mostrar não ser ficção!

Heróis do Paraguai! Mostremos, ela,
Unidos todos pela mesma ideia,
Que o franco a Pátria não aviltará!

Que essa extorsão o ardor nos estimule
Contra o inimigo e, impávido, tremule
Sempre o pendão brasílio no Amapá

A poesia é marcada por estruturas sintáticas invertidas, indignação contra a petulância da França e invocação da força brasileira para destroçar os inimigos franceses. Esse teor nacionalista é a marca das produções brasileiras da década, não só por dialogarem com a proposta republicana, como também por ser uma reação aos muitos anos de abandonos e abusos que a região sofreu. Assim, os conflitos com os franceses buscaram garantir a posse da terra brasileira, legitimada a partir da intercessão do Barão do Rio Branco e da vitória com o laudo suíço, o que foi ovacionado nas páginas impressas de todo o país. No entanto, na região, os confrontos acirraram a representação de um espaço apartado do resto do país onde proliferava a morte, a miséria e a violência, imagem que a literatura, ainda que de modo comedido pelas poucas publicações, tentou transformar em símbolo de resistência na defesa pelo território nacional.

Considerações finais

Na segunda metade do século XIX, a região do Amapá foi aos poucos se desenvolvendo, marcada pela chegada de imigrantes que se aproveitavam da ausência de leis no contestado para se refugiarem e/ou explorarem o ouro; ou iam ao Amapá assumir cargos nomeados pelo governo do Grão-Pará; ou, ainda, eram atraídos pelos benefícios oferecidos para o povoamento da região. Mesmo com todas essas seduções, o aumento no número de habitantes não crescia tão favoravelmente quanto o governo esperava: as epidemias com um número expressivo de mortos, os conflitos constantes pela terra e o descaso com os moradores desenhavam um cenário assustador que coibia quaisquer esforços de progresso. Todos esses malefícios se intensificavam com os desmandos que, favorecidos pela distância com o governo paraense, grassavam impiedosamente, afligindo a população.

É preciso pensar como foi se estabelecendo essa sociedade, composta por diversas forças (política, econômica e cultural) que ao competirem e, ao mesmo tempo, conflituarem entre si, refletiam nas articulações entre as classes e ajudavam a constituir a identidade da região, porque as relações sociais estão intimamente imbricadas com as práticas culturais. Nesse sentido, os jornais surgem como um suporte fundamental, pois por meio dele é possível recuperar os acontecimentos divulgados periodicamente, o comportamento da sociedade diante desses eventos, e as múltiplas concepções compartilhadas pelas pessoas envolvidas no processo de produção, circulação e recepção dessas notícias.

Essa investigação permite com que se perceba como os traços culturais são reconstituídos de acordo com uma intenção discursiva caracterizada por aspectos ideológicos, publicados nos jornais e reproduzidos em diversas partes do país, como ocorre com o massacre praticado pelos franceses, que gera textos tanto indignados com o trágico acontecimento quanto desqualificando a região, marcada pelos conflitos. Assim, não há neutralidade nesses textos; são construções que atendem aos interesses daqueles que escrevem. É bem verdade que, a partir do momento em que o texto circula em cadeia, como na teia urdida de circulação dos impressos no Oitocentos brasileiro, ele passa a se legitimar como uma concepção coletiva, graças à projeção nacional. São esses textos repletos, muitas vezes, de imagens diminutas, fragmentadas, ou até mesmo equivocadas que passam a compor o imaginário nacional acerca da realidade da população amapaense oitocentista.

No entanto, a pesquisa atenta nas notícias dos jornais e a constatação dos desmandos e denúncias leva à revisão das construções produzidas pelas hierarquias sociais e políticas e à condução das descobertas do que foi silenciado/apagado acerca do passado cultural, o que se coaduna com a compreensão de Bauman (2005) acerca das vozes sociais presentes nos textos, tanto as que estão explícitas quanto as que estão silenciadas, que oferecem base para o leitor questionar a identidade e compreender que a alteridade é necessária para ele se situar no tempo em que o texto foi produzido e recebido pelos leitores. A esse arguto leitor, oitocentista ou não, cabe a possibilidade de aceitar, como os que, ao invés de criticarem o massacre, menosprezaram o estado construindo uma imagem de pavor para os leitores, ou de reagir, questionamento a barbárie da tragédia, como os versos nacionalistas.

Em meio a essas notícias carregadas de desvelamentos às injustiças sociais, como as perseguições e torturas aos negros escravizados e as que retratam os abusos de poder, saltam aos olhos as que se referem às mulheres. Três publicações, em décadas diferentes: a poesia sobre o malfadado destino de Bárbara, o discurso proferido pela professora Idalina Augusta de Novais Farias e a notícia com o triste padecimento de Mergelina Borges caracterizam reações, dentro do limite possível, às imposições sociais de uma sociedade patriarcal e provinciana: a esposa que prefere morrer do que se entregar à libido do agressor, a ex-esposa que protesta nos jornais contra a desonestidade do marido e até mesmo a professora que discursa em prol

do ensino para uma plateia predominantemente masculina. São atitudes que se opõem à condição da mulher na segunda metade do século XIX, porque, além de apresentar uma densidade estrutural na articulação da sociedade com um significado concreto, são convictas de suas vontades, as quais penetram na hermética urdidura da cadeia social da época.

Além de questões sociais e identitárias, essas notícias revelam o poder de penetração e circulação dos impressos. As viagens constantes dos navios permitiam com que os jornais chegassem regularmente às cidades de Macapá e Mazagão, possibilitando que as notícias ocorridas nas terras amapaenses rapidamente alcançassem as folhas públicas, como ocorre com a notícia do falecimento do amigo de Raimundo Justiniano Pereira, em 1884 que, em cinco dias após ser escrito em Macapá, já está publicado nas páginas d'*A Constituição*. Esse ritmo dos impressos é ainda mais frenético, ao se considerar que essas notícias circulavam em jornais de diferentes partes do país, o que revela o quanto as terras amapaenses não eram tão apartadas do resto da nação brasileira como costumeiramente se acredita.

Todos esses aspectos permitem compreender os jornais como o principal meio de leitura da sociedade oitocentista, responsáveis não apenas por divulgar as notícias como também por promover a interligação dos diferentes espaços do país. Mesmo nas regiões de difícil acesso, as folhas públicas penetravam levando os registros diários acerca dos principais acontecimentos das províncias e possibilitando que as produções literárias e os autores, nacionais ou não, fossem conhecidos por todo o Brasil oitocentista.

Referências

A CONSTITUIÇÃO. Belém (PA): [s. n.], 1880-1886. 4 v.

A ESTRELA DO NORTE. Belém (PA): [s. n.], 1866.

A PÁTRIA. Rio de Janeiro: [s. n.], 1866.

A REPÚBLICA. Belém (PA): [s. n.], 1890-1899. 2 v.

ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL. Belém (PA): [s. n.], 1873.

ALMANAQUE HISTÓRICO DE LEMBRANÇAS BRASILEIRAS. São Luís: [s. n.], 1862.

ARQUIVO MUNICIPAL. Rio de Janeiro: [s. n.], 1860.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. [S. l.: s. n.]: 1891. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000106.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL LITERÁRIO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1864.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CORREIO NACIONAL. Rio de Janeiro: [s. n.], 1870.

DIÁRIO DE BELÉM. Belém (PA): [s. n.], 1884

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém (PA): [s. n.], 1885-1896. 4 v.

DIÁRIO DO GRÃO-PARÁ. Belém (PA): [s. n.], 1853.

Federal, 1999.

FOLHA DO NORTE. Belém (PA): [s. n.], 1896.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro: [s. n.], 1895-1896. 2 v.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro*. 2008. 339 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102008-145934/pt-br.php>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

JORNAL DO RECIFE. Recife: [s. n.], 1895.

O DEMOCRATA. Belém (PA): [s. n.], 1890.

O ESTADO DA PARAÍBA. João Pessoa: [s. n.], 1890.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém (PA): 1871-1885. 5 v.

O PAÍS. Rio de Janeiro: [s. n.], 1896.

O PARÁ. Belém (PA): [s. n.], 1899.

O PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: [s. n.], 1851-1866. 2 v.

O REPUBLICO. Rio de Janeiro: [s. n.], 1853.

PACOTILHA. São Luís: [s. n.], 1895.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017a.

PAZ, Adalberto. A voz do extremo Norte: crise, trabalho e desenvolvimento nas páginas do jornal Pinsonia (1895-1897). In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; CAMPOS, Gláucia de Almeida (org.). *Trabalho e trabalhadores na Amazônia: caminhos e possibilidades para uma história em construção*. Manaus: EDUA, 2017b.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. 2.ed. Brasília: Senado VASCO COUTINHO. Vitória: [s. n.], 1883.